*Artigo

Uso das redes sociais e o mercado consumidor

As opiniões dos consumidores sobre as empresas ficaram, por muito tempo, dispersas. A maneira de agrupá-las era contabilizar processos judiciais ou reclamações em PROCON. Isso mudou com a explosão de redes sociais como Orkut, Facebook e Twitter, acessadas por pessoas de todas as classes e idades.

Se alguém faz um comentário negativo a respeito de determinado produto ou serviço nessas redes o assunto corre como um rastilho de pólvora. Em instantes, milhares de pessoas passam a expressar sua posição sobre o comentário. Uma crítica simples é conectada com outras críticas, gerando uma enxurrada de opiniões.

As empresas estão acompanhando essa realidade. Sempre que há preocupação com a qualidade, críticas podem acabar com o futuro de um produto ou serviço. Para evitar a publicidade negativa, adotam-se cada vez mais mecanismos para responder imediatamente às mensagens dos consumidores. Diversas empresas criaram contas em redes sociais, com o claro objetivo de se aproximar de clientes. Por meio delas divulgam suas atividades e, ao mesmo tempo, prestam esclarecimentos quanto a boatos e críticas.

O dinamismo da internet propicia aos consumidores um cenário favorável. Amigos podem facilmente indicar que gostaram ou não de determinado produto, gerando uma divulgação direcionada. É a substituição do boca-a-boca pelo clique-a-clique.

O clique-a-clique tem um poder enorme. Com um clique é possível avisar todos os seus conhecidos sobre uma promoção, um defeito ou um novo restaurante. Em segundos pode-se viabilizar uma divulgação com potencial de atingir muito mais consumidores que qualquer propaganda de televisão ou jornal.

Em uma propaganda de TV o telespectador pode desconfiar da veracidade das informações e dos benefícios de um produto. Na internet, porém, tende-se a acreditar na qualidade da informação prestada por seu amigo. Daí a preocupação das empresas com a conexão das opiniões no mundo digital.

O mercado consumidor tira proveito das mudanças trazidas pelas redes sociais. Trata-se de nova ferramenta para combater práticas abusivas e, também, valorizar os bons produtos e serviços. As antigas reclamações com baixo impacto social, como cartas ou ligações ao serviço de atendimento, estão se tornando coisa do passado. Agora, a grande arma do consumidor é o clique.

Renato Butzer - Advogado, especialista em Tecnologia da Informação.

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

Propriedade da Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997

ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Jardim do Lago II • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.
Tiragem total: 1,5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reaki
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
DEPTO. DE ARTES
Reinaldo Manarim Neto
Maykon Henrique Moura
Everton Matheus Nogueira
CONTATO

DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
Diário da Serra Editora e Publicadora Ltda
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 01
CNPJ 10.255.184/0001-07
PUBLICIDADE LEGAL
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.120/0001-67
GRÁFICA
Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W
CNPJ 01.828.544/0001-09
CONTATO
CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br

*Curtas

Contas Bloqueadas

Recentemente um assunto caiu como bomba nas redes sociais envolvendo Tangará da Serra, relatando que as Contas da Prefeitura estavam bloqueadas por determinação judicial. Vários foram os comentários, e alguns inclusive questionavam a veracidade do que foi afirmado. O assunto tomou proporção maior até chegar até nos servidores do município.

Onde?

Através da Assessoria de Imprensa, a secretária de Fazenda, Valnicéia Barbosa, rebateu a informação. Segundo ela, a notícia espalhada pela cidade não procede, pois todas as contas analisadas até o final da tarde de ontem estavam sem nenhum tipo de bloqueio judicial, aptas a continuar normalmente com os serviços administrativos.

Negativo

Diante de alguns comentários negativos, o autor da notícia voltou a publicar nas redes sociais algo sobre o assunto, afirmando que estava com a documentação da justiça determinando que o município pague multa de R$ 1.475,000 por descumprimento de uma sentença. Segundo a publicação, a multa era de R$ 5 mil por dia, e chegou até esse valor pelo descumprimento.

Desmentiu

O procurador do Município, doutor Gustavo Piola, foi procurado pelo DS e rebateu a afirmação espalhada nas redes sociais. Ele explicou que o que existe é uma execução de sentença de uma ação ajuizada pelo Ministério Público, sendo que o município já foi notificado para tomar algumas providências e já está se defendendo.

Esclarecimento

O procurador esclareceu que a sentença determinou algumas providências a serem tomadas envolvendo o Hospital Municipal, e que o município só poderia ser penalizado com a multa caso descumprisse a ordem judicial, o que significa que pelo menos até o momento não existe a possibilidade de qualquer bloqueio de contas.

Providências

As providências que a justiça exigiu que o município cumprisse refere-se a uma série de trabalhos a serem realizados no hospital público, sendo em sua maior parte na estrutura física, adequações de segurança, questões relacionadas a maca, lençóis e outros serviços relacionados para melhorar o trabalho dos servidores públicos que atuam no local.

Perigoso

O que fica claro com o fato relatado é o perigo que as redes sociais podem proporcionar para a população de Tangará da Serra. Aparentemente inofensivas, as redes podem se transformar em uma verdadeira guerra, principalmente quando envolve assuntos tão polêmicos e sérios, como a gestão política e determinação judicial.

Resultado

Recentemente, vários casos envolvendo as redes sociais têm influenciado no comportamento de toda a população. Explicitamente comprovado que as contas do governo de Tangará não foram bloqueadas, com garantia dos gestores públicos, a certeza que fica é como uma informação possivelmente mal colocada pode causar grande repercussão negativa.

*Bastidores da Política

Imprensa

O vereador Sommavila parece que ontem resolveu definitivamente quebrar os pratos com a classe da qual se originou, a imprensa. O vereador, que quando atuava e ainda hoje o faz, é clássico em dar suas opiniões como as únicas verdades em qualquer assunto, ontem resolveu chamar a imprensa de mentirosa e foi além, dizendo que as televisões fazem "verdadeiro teatro".

Crítica

O vereador disse: "As pessoas tem dificuldade de interpretar o que a mídia veicula, e apurar o que é ou não verdadeiro", deixando bem claro que a mídia não tem agido com lisura, dando a entender que a mesma tem manipulado notícias, o que não parece possível, pois em um município de pessoas tão bem informadas e de cidade universitária o povo é capaz de tirar suas próprias conclusões.

Revoltado

Sommavila também foi bastante crítico ao referir-se ao secretariado local. "Gostaria muito que os secretários fossem escolhidos pela competência, e não pelo partidarismo, que eles fossem separados por sua capacitação e não por outros fatores. Pois hoje quase todos os secretários são do partido do prefeito, não que isso seja um problema", é claro.

Descaso

Também na sessão de ontem,o nome do Secretário do Samae foi lembrado pelos vereadores Niltinho, e pela vereadora Neide, e ambos foram bastante enfáticos ao efetuar em suas cobranças. Niltinho falou pelo Distrito de São Jorge e Dª Neide pela Gleba Triângulo. Ambos lembraram que várias solicitações já foram feitas ao diretor do Samae e até agora nada foi resolvido.

Engasgados

O que ficou bastante latente na reunião foi que a sessão Extraordinária realizada no sábado, 22, ainda está enroscado na garganta de alguns dos vereadores, no que se refere a exoneração de quatro cirurgiões do município. Alguns deles deixaram claro que se preocupam, além de lembrarem que solicitaram a permanência de pelos menos dois no que os mesmos não foram atendidos.

Sensatez

Já o vereador Rogério Silva, fez questão de esclarecer que no que se refere aos cirurgiões Tangará da Serra não estará desguarnecida, pois possui convênio. Além de especificar que a contratação de serviços públicos sempre é mais cara. Na oportunidade o vereador também disse que quanto a decisão da quantidade de cirurgiões não cabe a câmara escolher.

Alerta

Enquanto alguns vereadores deixaram insinuações no ar, o vereador Sebastian lembrou que vivemos em uma Democracia e que a base para a mesma é a verdade, pois caso a verdade seja ignorada, haverão apenas falácias, e as falácias se perdem com o tempo. Alertou que na democracia todos falam o que querem, mas também devem se preparar para ouvir.

Só acenou

Outra questão que também foi bastante lembrada na sessão de ontem, foi o fato de esta semana ter sido veiculado nos meios de comunicação a possibilidade de que para o próximo ano o governo estadual realmente contribua com a construção do Hospital Regional em Tangará, tão sonhado, solicitado e necessário para o município e região, mesmo após várias negativas.

Pedro Taques assegura ser "mão de vaca" e avisa que ajuste fiscal continua

Quem pensa que após a tempestade vem a bonança, no governo de Mato Grosso, após oito meses sob o governador José Pedro Taques (sem partido), está enganado. Depois da economia de guerra, vem ainda mais austeridade, no Poder Executivo do Estado. "Eu sou mão de vaca. Tem que economizar, sim. Isso não significa deixar de gastar com o que precisa, mas aplicar com responsabilidade", afirmou Pedro Taques, durante entrevista coletiva no Salão Garcia Neto do Palácio Paiaguás, na última semana.

Nas considerações do decreto 02, Pedro Taques apontou "a gravidade dos fatos notórios que versam sobre operações da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual, que visam combater e esclarecer eventuais crimes contra a administração pública e improbidades administrativas em função da execução de contratos administrativo".